

CARTA DE MARECHAL DEODORO 2026

O IV Seminário Nacional de Ensino Agrícola e Educação do Campo, das Águas e das Florestas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consolida-se como um espaço coletivo de formulação política e pedagógica, reafirmando o compromisso da Rede Federal com uma educação pública, gratuita, inclusiva, socialmente referenciada e enraizada nos territórios. Os campi agrícolas e as Escolas do Campo, das Águas e das Florestas cumprem papel fundamental na interiorização do ensino técnico e superior, na produção científica e no desenvolvimento socioambiental regional.

O documento destaca que garantir o acesso ao ensino não é suficiente. O direito à educação só se realiza plenamente quando há condições objetivas para a permanência e a conclusão da formação integral. Disparidades econômicas, geográficas, de transporte, moradia, alimentação e conectividade ainda se colocam como sérios obstáculos à igualdade de oportunidades.

Uma das principais constatações do Seminário é que as barreiras de acesso não afetam os estudantes de maneira uniforme e que os instrumentos institucionais vigentes falham em captar as especificidades dos sujeitos do campo, das águas e das florestas.

Estudantes frequentemente dependem de rotas de transporte cujos horários e itinerários não atendem à realidade dos Institutos Federais. Além disso, a ausência de identificação precisa desses discentes nos sistemas de dados dificulta a formulação de políticas direcionadas de assistência estudantil.

A verdadeira igualdade não consiste em aplicar regras idênticas a realidades desiguais, mas em reconhecer as assimetrias territoriais para oferecer apoios diferenciados. A permanência discente não se restringe à concessão de auxílios financeiros; ela é, substancialmente, uma dimensão pedagógica e de pertencimento.

A evasão e o desengajamento decorrem, muitas vezes, de matrizes curriculares fragmentadas, elevadas taxas de reprovação em disciplinas isoladas e pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A revisão dos currículos não deve ser mero ajuste burocrático de carga horária, mas um processo centrado no percurso real do estudante, avaliando se a estrutura do curso oferece razões concretas para sua permanência.

Na agricultura e no ambiente, o conhecimento não ocorre de forma fatiada. Solo, água, planta, animal, economia e relações humanas constituem sistemas integrados. Assim, a



aproximação precoce com práticas produtivas, laboratórios e projetos de extensão desde o início do curso é vital para a construção da identidade profissional e a permanência dos estudantes.

A promoção da equidade exige enfrentar as marcas históricas de exclusão e discriminação que atravessam a formação profissional no campo, nas águas e nas florestas.

A ampliação da presença feminina em cursos agrícolas exige ações institucionais permanentes de acolhimento e a garantia de acesso igualitário a vivências práticas e de campo, permitindo que as estudantes ocupem todos os espaços de formação, pesquisa e trabalho sem barreiras de gênero.

A inclusão de estudantes com necessidades específicas oriundos do campo precisa considerar que os obstáculos vão além das barreiras arquitetônicas urbanas. Longas distâncias, estradas não pavimentadas e a escassez de transporte adaptado exigem redes integradas de apoio pedagógico e institucional, destacando-se a necessidade de recursos humanos e financeiros específicos.

A carta reafirma o trabalho como princípio educativo e a formação omnilateral como pilares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A formação técnica não pode ser reduzida ao adestramento de mão de obra para as demandas imediatas do mercado. O trabalho deve ser compreendido como práxis humana emancipatória. Formar um técnico agrícola exige articular ciência, tecnologia, cultura, filosofia e análise das relações de produção e de propriedade da terra.

O conhecimento científico deve dialogar de forma horizontal com os saberes tradicionais e ancestrais de agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A inovação tecnológica e pedagógica precisa "falar com sotaque", valorizando a cultura popular como matriz geradora de ciência, projetos integradores e propriedade intelectual, sem a imposição de modelos externos de produção.

Reconhecida como concepção educacional estratégica, a formação por alternância articula os tempos e espaços da escola, da família, do trabalho e da comunidade. O território deixa de ser mero pano de fundo para se tornar laboratório vivo de pesquisa e intervenção social, por meio de instrumentos como planos de estudo e pesquisas de campo.

A sustentabilidade pedagógica e financeira das unidades agrícolas da Rede Federal requer o reconhecimento de suas singularidades operacionais.



Mais do que centros de custo ou unidades meramente produtivas, as fazendas-escolas são espaços essenciais de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Defende-se a garantia de recursos orçamentários para recomposição, manutenção e modernização da rede. É fundamental também a criação de marcos regulatórios que assegurem segurança jurídica para a comercialização de seus excedentes e para o reinvestimento direto na própria estrutura educacional.

Os mecanismos de distribuição orçamentária da Rede Federal precisam parametrizar e remunerar adequadamente o esforço necessário para manter os campos experimentais, os laboratórios vivos e as estruturas de formação que caracterizam os campi agrícolas e a educação do campo.

O documento aponta a necessidade de um plano de ação coordenado em rede, estruturado em frentes estratégicas. A formação continuada deve fortalecer as políticas de formação dos servidores nas temáticas da Educação do Campo, da Pedagogia da Alternância e da reestruturação curricular integrada; o Diálogo deve adequar a oferta de novos cursos às vocações produtivas, culturais e sociais de cada território; e o Trabalho em Rede deve articular entre os campi agrícolas, promovendo o intercâmbio de tecnologias sociais, práticas pedagógicas e modelos sustentáveis de gestão.

A Carta de Marechal Deodoro conclui afirmando que a Educação do Campo e o Ensino Agrícola são políticas públicas vitais para a soberania alimentar, a justiça social e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Reafirma-se que os campi agrícolas e as escolas do campo, das águas e das florestas devem ser espaços de pertencimento e emancipação, onde as Unidades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção constituem o diferencial, o território é a sala de aula, o trabalho é a base educativa, e o estudante é o sujeito ativo do seu próprio processo de formação e transformação social.

Marechal Deodoro – AL, 21 de agosto de 2026.

Participantes do IV Seminário Nacional de Ensino Agrícola e Educação do Campo, das Águas e das Florestas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica